

DOI: 10.21057/10.21057/repamv%vn%i.%Y.27820

Recebido: 08-11-2017

Aprovado: 15-12-2017

Audiovisual, Hegemonia e contra Hegemonia - O caso comparado da TV Pública no Brasil e na Argentina

Richard Santos¹
Jacques de Novion²

Resumo

Como proposta central, busca-se analisar as transformações ocorridas no âmbito das TVs Públicas do Brasil e Argentina no período de governo compreendido entre o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro mandato de Dilma Vana Rousseff e os dois mandatos eletivos de Cristina Fernandes de Kirchner. Com o objetivo de ilustrar a investigação, analisamos o processo político que levou a criação da TV Brasil associada à Empresa Brasil de Comunicação e da TV Digital Aberta na Argentina. Cotejamos a influência desses processos locais relacionados com a criação da Telesur, empreendimento multiestatal de matriz venezuelana e os desdobramentos desses empreendimentos como direito humano a comunicação democrática, plural e emancipatória. Exploramos a geopolítica da comunicação na América Latina; os Estados Nacionais e suas elites relacionadas com os monopólios e oligopólios comunicacionais dependentes; a influência estadunidense na cooperação técnica para o desenvolvimento das tecnologias da comunicação na região; imposições estadunidenses quanto ao desenvolvimento e estética branca das programações para a região que formam cenários de representação em desacordo com o caudal multicultural local; os processos reativos nascidos nos governos progressistas que no período avançaram pelo continente; os medos, descaminhos e conciliações que impediram a concretização da possibilidade emancipatória.

Palavras-chave: Televisão pública. Hegemonia e Contra-hegemonia. Maioria Minorizada. Pluralidade racial.

Audiovisual, Hegemonía y contra Hegemonía - El caso Comparado de La TV Pública en Brasil y Argentina

Resumen

Se busca analizar las transformaciones ocurridas en el ámbito de las TVs Públicas de Brasil y Argentina en el período de gobierno comprendido entre el segundo mandato de Luiz Inacio Lula da Silva, primer mandato de Dilma Vana Rousseff y los dos mandatos electivos de Cristina Fernandes de Kirchner. Analizamos el proceso político que llevó a la creación de TV Brasil asociada a la Empresa Brasil de Comunicación y de la TV Digital Abierta en Argentina. Cotejamos la influencia de Telesur, multiestatal de matriz venezolana y los desdoblamiento de esos emprendimientos como derecho humano la comunicación democrática, plural y emancipatoria. Exploramos la geopolítica de la comunicación en América Latina; la formación de los Estados Nacionales y de sus elites relacionadas con los monopolios y oligopolios comunicacionales dependientes; la influencia estadounidense en la cooperación técnica para el desarrollo de las tecnologías de la comunicación en la región; imposiciones en cuanto al desarrollo y estética blanca de las programaciones para la región que forman escenarios de representación en desacuerdo con el caudal multicultural local; los procesos reactivos nacidos en los gobiernos progresistas que en el período avanzaron por el continente; los miedos, descaminos y conciliaciones que impidieron la concreción de la emancipación.

Palabras clave: Televisión pública. Hegemonía y Contra-hegemonía. Mayoría Minorizada; Pluralidad racial.

Audiovisual, Hegemony and Counter Hegemony - The Comparative Case of Public TV in Brazil and Argentina

Abstract

Sought to analyze the transformations that took place in the scope of Public TVs of Brazil and Argentina in the period of government comprising the second term of Luis Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff's first term, and the two elective terms of Cristina Fernandes de Kirchner. As the objective to illustrate the research, we analyzed the political process that led to the creation of TV Brasil associated with Empresa Brasil de Comunicação and Open Digital TV in Argentina. The influence of these local processes related to the creation of Telesur, a multi-state enterprise of Venezuelan matrix and the unfolding of these enterprises as a human right to democratic, plural and emancipatory communication. Explored the geopolitics of communication in Latin America; The National States and their elites related to monopolies and dependent oligopolies; The US impositions regarding the development and white aesthetics of the schedules for the region that form scenarios of representation in disagreement with the local multicultural flow; The reactive processes borned in the progressive governments that in the period advanced by the continent; The fears, misunderstandings and conciliations that prevented the realization of the emancipatory possibility.

Key words: Public television. Hegemony and Counter-hegemony. Majority Minorized. Racial plurality.

¹Doutor em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília, ELA-UNB. Membro do Grupo de trabalho Clacso em pesquisa e audiovisual na era digital, pesquisador do Grupo de Estudos Comparados México, Caribe, América Central e Brasil, MECACB – UNB. E-mail: prof.richardsantos@gmail.com

² Professor e pesquisador do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA). Instituto de Ciências Sociais (ICS). Universidade de Brasília (UnB). E-mail: jacques.novion@gmail.com

Introdução

Desde um olhar transdisciplinar como propõe Dussel (2016, p. 57), trazendo para esta narrativa investigativa o local de origem e construção da fala do investigador, associada ao pensamento de Mignolo (2016, p. 287), para quem a “desobediência civil sem desobediência epistêmica permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntrica”, este artigo busca apresentar os resultados alcançados com a pesquisa e elaboração de tese de doutorado³, e tem como objetivo principal analisar, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, as transformações ocorridas no âmbito das TVs Públicas do Brasil e da Argentina, particularmente entre o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Vana Rousseff (2006-2013) e os dois mandatos de Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2015).

Com efeito, analisa-se o processo político que levou a criação da TV Brasil associada à Empresa Brasil de Comunicação e da TV Digital Aberta na Argentina. Observa-se a participação da TeleSur, empreendimento multiestatal de matriz venezuelana nesse processo e os desdobramentos desses empreendimentos como direito humano à comunicação democrática, plural e emancipatória.

Secundariamente, a elaboração da pesquisa teve como objetivo compreender o lugar de visibilidade das Maiorias Minorizadas dentro destas reconfigurações televisivas na região. Questiona-se se este momento ímpar para a política regional, de governos considerados progressistas e com políticas de inclusão social e racial, trouxe subsídios para o desenvolvimento de uma televisão pública mais sócio-racialmente diversificada conforme pretendido em seus documentos de fundação⁴, ou se continuou a implementar a estética e perfil hegemônico, comercializado e difundido pelas emissoras e redes dominantes, produtoras e reprodutoras dos padrões sistêmicos. Neste sentido, como são apresentadas, construídas as representações da realidade na mídia pública? Dito de outra maneira, como a comunicação pública poderia gerar informação independente das relações mercantilizadas de seus congêneres comerciais e contribuir na formação cidadã e emancipadora de seu público receptor, o sujeito cidadão.

⁴ A Lei 26.522, Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual, conhecida como Ley de Medios na Argentina projeta-se como um instrumento inovador de regulação, fiscalização, fomento e diversificação das atividades informativas e culturais. As mudanças por ela introduzidas têm o pressuposto de que a comunicação é um serviço ligado a um direito humano e, não um negócio lucrativo. Os princípios antimonopólios visam garantir a pluralidade de vozes e a horizontalidade informativa, fixando um marco regulatório abrangente para a comunicação midiática, incluindo convergência digital entre TV a cabo, telefonia e Internet e um regime de outorgas em condições equitativas e não discriminatórias. No Brasil a lei 11.652 de 2008 que cria a Empresa Brasil de Comunicação, em seu artigo 2º e todos os seus incisos contemplam a necessária promoção a diversidade, pluralidade e independência necessária que uma televisão pública deve ter, inclusive em relação as possíveis influências da intervenção governamental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11652.htm>. Acesso em: 07 Fev 2017.

³Defendida no Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas-ELA-UNB, em 27/09/2017 por Hamilton Richard A. F. dos Santos, Richard Santos, sob orientação de Jacques de Novion.

Em diálogo com o avanço tecnológico e a adoção das novas tecnologias digitais para o audiovisual buscou-se perceber se a Televisão Pública reconfigurada transforma-se num fator determinante para a formação de cidadãos, estimuladora da emancipação social e não reprodutora de consumidores digitais acríticos.

Como hipótese imediata, partiu-se para este estudo considerando, que o mesmo governo que criou a EBC, onde está alocada a TV Brasil, não rompeu com os paradigmas hegemônicos da comunicação televisiva brasileira, pois desde seu quadro diretor até seus jornalistas e apresentadores não refletem a diversidade étnico-racial do país, conforme analisado em Santos (2014).

Analisa-se a sociedade em que estamos inseridos e suas intersecções, a espetacularização midiática da política, a relação da televisão e os anseios das Maiorias Minorizadas, a percepção dos governantes sobre as esperanças populares e o que se propõe a romper ou a manter, o avanço ou não das possibilidades emancipacionistas e a pressão hegemônica que faz historicamente os Estados Unidos da América na região, principalmente através de seu sistema de comunicação. Ao final, com um olhar desde o Sul, propõe-se a práxis da vida real.

O problema de pesquisa, a percepção de que existe uma revolução em curso no âmbito das Maiorias Minorizadas como apontam diversas investigações e publicações recentes (SANTOS, 2017; FELIZ, 2016; BERNARDINO-COSTA, 2015; FERRER, 2015; MEIRELES e ATHAÍDE, 2014; CHAVES, 2011; SOUZA, 2009; DAVIS,

2006) é mote do tecido argumentativo para a pesquisa e seu título. Sobre os textos televisivos, no dizer de Borges (2008), o que vemos é a realidade palpável ou produção fictícia?. Como se constroem estas realidades no âmbito da televisão pública e como os construtores, programadores, produtores e gestores sofrem essa influência política e do modelo hegemônico são objeto transversal ao propósito principal. Das imposições dos monopólios midiáticos para a socialização controlada, como se a televisão fosse a reguladora dos fatos sociais, das coisas, é que descortina-se o papel da televisão pública, a manutenção ou rompimento das hegemonias políticas, de conteúdo e estéticas.

Assim que, acompanhando as transformações das TVs públicas na América Latina e Caribe desde 2005 com a criação da *Televisión del Sur, TeleSur*, na Venezuela, vivenciando a criação da TV Brasil e acompanhando os debates e mobilização popular na Argentina, a investigação se propõe a mensurar o quão real seria esta via comunicacional contra-hegemônica, onde se encaixa o possível contra discurso da TV pública proposto pelos governantes, considerando o caráter de determinante sógnico da televisão.

Todo esse processo de análise das possibilidades do veículo trazido para a investigação nasce, principalmente, observando a transnacionalização das redes de comunicação, antes centradamente nacionais, e o deslocamento dos centros irradiadores de informação, de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México, para cidades sedes de

oligopólios midiáticos de países centrais do capitalismo como Miami, Nova York, São Francisco, Madri e Londres, conforme abordado por diversos autores (LOCASTRE, 2017; BECERRA, 2015, 2017; MARTEL, 2015, 2012; LAZZARO, 2015, 2010; BORGES, 2009; BARBERO, 2009; SANTOS, 2004, 1998; ORTIZ, 2006) e associando essas mudanças a imposição do capitalismo neoliberal na América-Latina, com seus governos alinhados ao Consenso de Washington, aprofunda-se a compreensão sobre as transformações das plataformas comunicacionais associadas às imposições aos países periféricos no âmbito das finanças, da indústria e da cultura que se movem cada vez mais em escala global.

Trouxemos essa percepção para aprofundamento na pesquisa, o papel da Televisão Pública nesse processo, que do mesmo modo que a economia internacional não significa apenas a soma das diversas economias nacionais, e sim um sistema em si, o sistema mundo⁵ (SANTOS, 2016, p. 31), o sistema de mídias internacionais não é apenas a soma de diversas redes operativas dentro dos países, é sim uma trama diversa, com hegemonias, contradições e tensões próprias.

Produzindo o Que e para Quem?

Estabeleceu-se como fio condutor da pesquisa o campo epistemológico do que se convencionou chamar decolonialidade. Com isso, busca-se uma possível construção teórica, criando uma análise crítica interagindo com pensadores, ativistas e críticos da colonialidade do saber, poder e do eurocentrismo acadêmico anticoloniais (QUIJANO, 2005; SAID, 1990).

Definido o campo epistemológico de pensamento, mobilizaram-se duas dimensões teóricas que se articulam e se complementam como a base que irá sustentar a tese defendida na pesquisa. Por um lado, as teorias e literaturas sobre o desvelamento e a discussão da hegemonia comunicacional na América Latina e seu impacto nos processos de construção das TVs públicas no Brasil e Argentina, utilizando-se como referência o processo venezuelano. Por outro, teorias e literaturas da desconstrução da homogeneidade comunicacional do ser latino-americano, nascida a partir do construto identitário do que é o ocidental europeu ou estadunidense, em oposição às Maiorias Minorizadas. Como consequência do processo de construção de saberes, com vistas a reforçar as dimensões teóricas acima explicitadas, contribuiu-se com a formulação de dois construtos teóricos: Maioria Minorizadas (SANTOS, 2017) e Sujeitos Desidentificados (SANTOS, 2014).

O uso do termo Maiorias Minorizadas está relacionado ao esforço de tratar negros, mestiços e indígenas no Brasil e Argentina de forma equilibrada, não homogênea, considerando suas

⁵ O enfoque do Sistema-Mundo analisou a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasceu no fim da Idade Média europeia e que evoluiu na direção de se converter num sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Este enfoque destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semiperiferia, além de distinguir entre as economias centrais uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema (SANTOS, 2016, p. 31).

diferenças étnicas, signos identificadores e condições de acomodação na base da pirâmide, mas que linguisticamente remeta a situação de populações subalternizadas pelo *establishment*. Ao utilizá-lo não se pretende igualar lutas ou homogeneizar vivências e situações sociais, e sim aproximar respeitosamente sujeitos em posição de subalternidade e colonizados em sua luta anticolonialidade e por emancipação, também através da comunicação.

Televisão Hegemônica e Intervenção Social

Considera-se que o discurso proferido pelo Estado via rede de televisão é, indubitavelmente, uma tentativa de reforçar os laços nacionais e/ou reconstruir a significação identitária da “comunidade imaginada”. Para Anderson (2008, p. 27), a nação é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. Esta comunidade imaginada constituirá foco de identificação e pertencimento. Quiçá o laço reforçado ou revisto pela ação televisiva sirva para consolidar laços não alcançados ou necessitando de reforço no imaginário. Ao contrário do que se supõem os discursos da nação não refletem um Estado unificado já alcançado. Seu intuito é forjar ou construir uma forma unificada de identificação a partir das muitas diferenças de classe, gênero, região, religião ou

localidade, que na verdade interseccionam a nação (HALL, 2004).

Vem daí o conflito e a necessidade de o Estado se afirmar soberano e demandador da identificação nacional. O discurso estatal perpassará a construção do imaginário nacional. As estratégias discursivas de um lugar de fala seguem determinadas regras para serem legitimadas (FOUCAULT, 2010, p. 37). Foucault chama de rarefação os procedimentos pelos quais as condições de funcionamento dos discursos impõem aos indivíduos certo número de regras e, assim, não permitem que todo mundo tenha acesso a eles.

Segundo aquele autor, os rituais da palavra, os grupos doutrinários, as apropriações sociais e as sociedades do discurso estão ligadas e constituem-se em espécies de grandes edifícios que garantem a distribuição dos sujeitos que falam, transitam nos diferentes tipos de discurso e da apropriação por certas categorias de sujeitos. O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam na construção da fala, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente e esse discurso que veicula saber é gerador de poder. Que discurso é esse emitido por essas emissoras públicas investigadas? Cabe-nos questionar a trama formadora dessa emissão.

A noção de comunicação perpassa uma diversidade de sentidos. Se esta afirmação, sobre a noção do que é a comunicação, ao longo dos anos vem se constituindo em verdade, o desenvolvimento tecnológico e a massificação das práticas acrescentam novas vozes a esta

polifonia. Vive-se um tempo comunicacional que faz das plataformas, conteúdos e recepção um campo especialmente emblemático nesta sociedade mundializada do terceiro milênio (ORTIZ, 2006). A televisão como conhecemos em sua criação já não é mais a televisão que temos hoje, como afirma o professor Sergio Romero⁶ (2015), entrevistado para este estudo, “*La televisión no es más la televisión. Es una plataforma entre muchas y muchos servicios en esas plataformas*”.

É no período classificado por Hobsbawm (1995) como “Era dos Extremos” que veremos a estruturação e desenvolvimento contínuo das tecnologias da comunicação, a significação de “massa”⁷ e a desestruturação da massa dando espaço a *cibercultura* (NEGROPONTE, 1995) e a comunicação individualizada da era digital, ainda que popularizada através das novas plataformas.

Hobsbawm (1995) proporciona um vasto panorama do desenvolvimento das tecnologias da comunicação no entre guerras e seu aprimoramento para a vida social e econômica no pós-guerra. O historiador traz à tona a dialética

no processo dos avanços tecnológicos, a ideia de controle social da massa urbanizada no pós-conflito e o uso utilitarista dos novos meios por parte dos governantes. Ele nos informa que no entre guerras houve um grande incentivo à pesquisa em comunicação e investimento no desenvolvimento de novas tecnologias. Aduz ainda que, em 1914, modernos veículos de comunicação de massa já estavam disponíveis em vários países ocidentais (europeus e estadunidenses) e, ainda assim, o crescimento desta indústria no período beligerante foi espetacular:

A circulação dos jornais nos EUA cresceu muito mais rápido que a população, dobrando entre 1920 e 1950, vendia-se entre trezentos e trezentos e cinquenta jornais por cada cem homens, mulheres e crianças num país desenvolvido típico (HOBSBAWM, 1995, p. 192-194).

Segundo relatos do historiador, no entanto, esta foi a era das telas, do rápido crescimento do cinema. “Em fins da década de 1930, para cada britânico que comprava um jornal diário, dois compravam um ingresso de cinema” (HOBSBAWM, 1995, p. 192). Ele associa este avanço tecnológico do cinema a uma necessidade de popularização do inglês e a consolidação de uma hegemonia cultural estadunidense. Conclui que:

Ao contrário da imprensa, que na maioria das partes do mundo interessava apenas a uma pequena elite, o cinema foi quase desde o início um veículo de massa internacional. O abandono da linguagem potencialmente universal do filme mudo, com seus códigos testados de comunicação intercultural, com certeza muito fez para tornar internacionalmente familiar o inglês falado, e com isso ajudou a estabelecer a língua como o patoá global do fim do século. Pois na era

⁶ Director del Centro de Medios del Laboratorio de Contenidos Digitales de la Universidad Nacional de Chilecito, La Rioja.

⁷ “A massa é constituída por um agregado homogêneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são substancialmente iguais, não distinguíveis, mesmo se provêm de ambientes diversos, heterogêneos e de todos os grupos sociais”(WOLF, 2012, p. 7). Comunicação de massa é uma série de fenômenos que emergiram historicamente através do desenvolvimento de instituições que procuravam explorar novas oportunidades para reunir e registrar, para produzir e reproduzir formas simbólicas, e para transmitir informação e conteúdo simbólico para uma pluralidade de destinatários em troca de algum tipo de remuneração financeira (THOMPSON, 2012, p. 53).

de ouro de Hollywood os filmes eram principalmente americanos (HOBSBAWM, 1995, p. 193-194).

O historiador não é o único que proporciona aporte empírico para contextualização deste importante período para compreensão da contemporaneidade. Durante o processo beligerante do segundo conflito mundial ocidental, numerosos investigadores contribuíram para alimentar a ideia da mídia e da propaganda como um ser maior dentro do espaço social. Para além da famosa obra de Orson Welles – a “Guerra dos Mundos” apresentada na rádio CBS que aterrorizou milhares de estadunidenses crédulos da chegada de extraterrestres, uma suposta invasão de marcianos e que dá uma dimensão do poder da comunicação radiofônica – , a eleição de F.D. Roosevelt em 1932 inaugura o *New Deal* e as técnicas de formação da opinião pública. Como aponta Mattelart (2003), “trata-se de mobilizar a população em torno dos programas do *Welfare State*, a fim de sair da crise. Nasce as sondagens de opinião como ferramentas da administração cotidiana da coisa pública” (MATTELART, 2003, p. 39).

Ainda no plano das potências ocidentais, a escala global dos avanços comunicacionais, mensagens que ainda antes do advento da internet passam a serem transmitidas através de grandes distâncias, e um maior acesso à informação e comunicação provenientes de fontes distantes. É a chegada do satélite, a popularização da televisão, o aprimoramento da comunicação eletrônica e a configuração geopolítica para exploração desse mais novo avanço tecnológico.

A informação dos meios de comunicação de massa reforça o controle social nas grandes sociedades urbanizadas, nas quais o anonimato das cidades enfraqueceu os mecanismos de descoberta e de controle do comportamento anormal, ligados ao contato informal face a face (WRITE, 1960 *apud* WOLF, 2012, p. 56).

Analistas do período abordado são enfáticos em afirmar que os EUA são os grandes beneficiários das duas grandes guerras no continente europeu, e que o avanço tecnológico proveniente do período ajudou a sedimentar a hegemonia estadunidense e o declínio dos antigos impérios e potências.

Sader (2004) propõe que os EUA têm todos os méritos por terem se transformado na nova potência hegemônica dentro do capitalismo, valendo-se, da experiência da crise de 1929 e da montagem de um gigantesco complexo industrial que nunca mais seria desmontado. Enquanto as demais economias ocidentais sofriam com a guerra, os EUA iniciavam o mais prolongado e extenso ciclo expansivo da economia capitalista já nos anos 1940. Tornou-se mesmo antes da segunda guerra, a economia tecnologicamente mais avançada do mundo, com o domínio sobre todo o continente americano conseguiram uma extensa base de apoio para sustentado na exploração da região, emergir como potência internacional.

Os EUA, neste momento narrado por Emir Sader, deram início ao que Hobsbawm (1995) classificou como “Os anos dourados”, ainda que esta “Era”, nas palavras do historiador, não tenha sido tão revolucionária. Ora, os EUA

simplesmente continuaram a expansão dos anos da guerra que foram muito bons para o país. Não sofreram danos e ainda aumentaram o seu PIB em dois terços. A era de ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população. Para esta, as décadas seguintes, à chamada era de ouro ocidental, os anos de 1970 e 1980 mais uma vez foram de sofrimento e catástrofe para o continente africano e latino americano. “Era clássica a imagem da criança exótica morrendo de inanição, vista após o jantar em toda tela de TV do ocidente” (HOBBSAWM, 1995. p. 255).

Durante todo o período acima, no pós-guerra e no processo conhecido como Guerra Fria, construído pelo sistema de comunicações estadunidense ou sob influência deste – que, expandiu-se e passaram a atingir milhares de pessoas ao redor do globo –, os jornais denominaram o “mundo livre”, ou seja, os Estados aliados aos EUA. Os países do “mundo livre”, a despeito do problema de localização geográfica, passaram a ser parte do “Ocidente”. O fim da Guerra Fria não foi o final do ocidente ideológico, este englobava até mesmo o Japão.

Neste momento, o projeto político dos EUA, também se transformava. Em busca de hegemonia global redesenhava seu projeto de dominação e supressão internacional para as próximas décadas. Alguns autores apontam o início desta transformação a partir do pós-segunda guerra:

Na metade do caminho entre 1900 e 2000, na década de 50 do século XX, os Estados Unidos forjaram a base de uma nova mentalidade. O país se desenvolvera num

tipo de império completo, se não único. Economicamente superior e maciçamente armado, policiando o mundo e, ao mesmo tempo, professando a liberdade e a democracia. Para um policial, é necessário localizar e prender os inimigos. Por tanto, o enredo dos sessenta anos seguintes da história norte-americana se assemelhará a um padrão que já ocorreu, sob o modelo de atividades secretas crescentes, desconhecidas para o povo do império; cada vez mais guerras regionais; e uma forma de controle imposta repetidas vezes (STONE; KUZNICK, 2015, p. 172)

Os países Latino-americanos e Caribenhos alinhados a Washington, também buscavam se inserir nessa luta pela devoção ao “mundo livre” e transformações globais. Seus ditadores e oligarcas da comunicação, financiados pelo Tio Sam, iniciam a expansão das redes na região e adotam o modelo televisivo e estético estadunidense, caso do grupo O Globo no Brasil, Clarín na Argentina e Global Vision na Venezuela, entre outros.

Signos não verbais são a principal ação estética a ser explorada pela nova mídia, a mídia eletrônica, a bandeira estadunidense tremulando associada ao bem, a luta democrática e a defesa dos interesses da humanidade dará a tônica em seriados, jornais ou desenhos animados⁸.

A televisão, seguindo o modelo hegemônico ditado, influenciará decisivamente o discurso político. Os líderes globais passarão a se orientar por especialistas em marketing e comunicação, que participam da elaboração de slogans e interferirão no conteúdo dos programas políticos dos Estados, promovendo adaptação às

⁸ Ver TOTA, Antonio Pedro. O Imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da segunda guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

linguagens midiáticas. Este processo irá influenciar os projetos locais de desenvolvimento, e estimulará um debate acadêmico sobre os rumos e influências da comunicação midiática na vida local.

O antropólogo e filósofo hispano-colombiano Jesús Martín-Barbero (2009), entrará neste debate e dirá que não existem mediações políticas nem culturais na história dos meios na região, que o papel decisivo que os meios massivos desempenharam nesse período residiu em sua capacidade de se apresentarem como porta-vozes da interpelação, que a partir do populismo convertia as massas em povo e o povo em nação. Interpelação que vinha do Estado, mas que só foi eficaz na medida em que as massas reconheceram nela algumas de suas demandas mais básicas e a presença de seus modos de expressão.

Berger (2012) afirma que são demandas políticas e sociais, mais do que inquietações científicas, o que impulsiona a produção de conhecimento em comunicação na América Latina. Muito parecido com a pesquisa em comunicação nos EUA, cuja motivação foi como vimos a cima, o impacto social dos meios de comunicação de massa, e mesmo o direcionamento da produção da Escola de Frankfurt, na Alemanha, que teve o nazismo como fenômeno inspirador de seus estudos sobre a indústria cultural. Ainda segundo o autor, “observar o desenvolvimento da pesquisa em comunicação na América Latina, é considerar, em primeiro lugar, as relações que estes têm com o contexto da época” (BERGER, 2012, p. 241).

É pela tradição de transpor e incorporar questões alheias que a influência estadunidense adentra o continente latino-americano, trazendo junto os temas e organizações para a área. Um exemplo disso é a criação do primeiro Centro que irá disciplinar os estudos de comunicação na região, o CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina), fundado no contexto da Aliança para o Progresso, resposta do governo Kennedy ao novo cenário latino-americano durante o contexto de Guerra Fria (BERGER, 2012, p. 242).

Somente no final dos anos 1960 a região verá o surgimento de uma proposta de entendimento comunicacional efetivamente latino-americana (DE MELO, 2005 p.10). Neste momento, as condições estruturais do subdesenvolvimento passam a ser consideradas e incorporadas à análise dos meios de comunicação. Refletir sobre o panorama político da região e a mediação será a marca da época. Como atesta Hobsbawm (1995) o mundo havia dado uma leve guinada para a esquerda.

Nesta guinada à esquerda, momento de luta e contradições, sonhos libertadores e de ditaduras civil-militares na região, estas financiadas e orquestradas pelos interesses estadunidenses, que a comunicação de massa, como projeto de dominação social e investimento econômico, será consolidada no continente.

Esta comunicação mais ampla, identificada com a televisão e significando a chegada da modernidade, gerará na região a emissão de informações baseadas no

interdiscurso⁹, ou seja, discursos manipulados e atualizados pelo sujeito enunciador, e fará parte da política de dominação completa estadunidense, a partir dos avanços tecnológicos, iniciada em 1978 durante o governo Richard Nixon¹⁰. Assim se caracterizará a comunicação televisiva na região até o histórico câmbio político iniciado na primavera do novo milênio.

Neste, as disputas nas sociedades latino-americanas estão em curso e colocam-se muito além do âmbito das comunicações. De forma ampla estão espalhadas pelo tecido social dos países da região. Têm-se como pano de fundo destas disputas e transformações uma contenda de ideias e ações no plano político. Uma série de progressos técnicos tornaram ultrapassadas certas características das políticas públicas de comunicação estabelecidas em princípios do século passado. Empresas de caráter local, nacional até o início dos anos 1990 foram expostas a um processo de aquisições e privatizações que caracterizou a entrada do capital externo nessa área estratégica e a sua internacionalização.

Percebe-se que a missão dos poderes nacionais constituídos não está em somente

atualizar legislações estabelecidas em momentos distintos do desenvolvimento local e do posicionamento estratégico dos países na esfera da geopolítica internacional. Existe nesta batalha uma nova lógica de ação hegemônica que envolve monopolização, concentração e convergência de tecnologias mediadas na relação com os poderosos grupos transnacionais. Pressupõe-se uma ação estatal contra-hegemônica com o objetivo de não ver escorrer por suas mãos um capital nacional estratégico para a manutenção de sua soberania.

Como aponta Santos (2004; 1998) todas estas transformações estão permeadas pelos efeitos da revolução técnico-científico informacional que caracterizam as comunicações e relações do tempo presente.

É neste contexto que apresenta-se a relação com autores que indicam o debate analítico sobre hegemonia e sua multidimensionalidade a partir de Antonio Gramsci, o pensador italiano que discorre sobre a realidade enquanto totalidade, desvenda suas contradições e reconhece que ela é constituída por mediações, processos e estruturas. A partir de uma multiplicidade de significados, analisa-se essa realidade evidenciando que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve antagonismos e contradições apreendidos a partir de um ponto de vista crítico que leva em conta a historicidade do social, sendo este, segundo Gramsci (2011), o único caminho fecundo na pesquisa científica.

A análise contemporânea a partir desta perspectiva leva a consideração de que a única

⁹ É o conjunto de formulações já ditas, mas geralmente esquecidas, que constituem o que dizemos. O interdiscurso é algo que foi dito antes, em outro lugar, e cujo sentido é recuperado na enunciação. É um discurso atravessado por outros discursos, em um processo denominado interdiscursividade. Benetti (2009, p.189)

¹⁰ Disponível em: <
<http://hisheavenlyarmies.com/documents/engdahl-full-spectrum-dominance.pdf>> Acesso em: 19 de Julho de 2016. Também veja, CECEÑA, Ana Esther. La dominación de espectro completo sobre América. Revista de Estudios e Pesquisas sobre as Américas, V.8. N.2, 2014.

maneira de imaginar o futuro será compreendendo os cenários e identificar estratégias, sejam relacionados à dominação hegemônica ou a emancipação (CECEÑA, 2004, p. 5). Para isso também é necessário entender o papel dos meios, o da televisão, sobretudo na formulação de imaginários, na contribuição para a revolução passiva de que tratou Gramsci e a consolidação dos interesses capitalistas e o espraio da ideologia dominante entre parte significativa dos dominados através da guerra de posições. Como explica Sader, (2012, p. 8): “A esse movimento de cooptação dos dominados pelos dominadores Gramsci chama de “revolução passiva”, um processo pelo qual se muda a forma da dominação, mas se mantém sua substância”.

Destes elementos propostos por Gramsci e por aqueles que bebem em sua fonte, vislumbra-se uma compreensão da unidade substancial de método e conteúdo na ação das elites globais pela manutenção do poder e contra a emancipação popular. Mobilizando para isso o conceito de Multidimensionalidade Hegemônica (NOVION, 2009; SADER, 2012, 2004; CECEÑA, 2004).

Nesta perspectiva multidimensional, Hall (2006) apresenta a importância de Gramsci para se pensar a representação desde a sua revisão e renovação do paradigma marxista. Sua obra tem uma implicação direta sobre a questão da “suficiência” das teorias sociais atuais, sua contribuição teórica se situa na direção em que torna mais complexas as teorias e os complexos problemas deste novo momento histórico. Assim que para consolidar essa atenção do objeto tratado mobilizamos ainda autores como Moraes

(2016), Bandeira (2014; 2004), Willians (2005), Coutinho (2011), Novion (2011), Santos (1998), entre outros. Abordar a disputa hegemônica e a reação contra hegemônica é contribuir para a quebra do espelho que reflete o retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador, como sugere Memmi (1977).

TV Pública no Brasil e na Argentina

Na América Latina a rádio difusão pública era um assunto que até poucos anos não estava na agenda do dia. O impulso é dado com o enxame de projetos e participações estrangeiras que se precipitam na região durante os anos 1990 e com a ruptura do modelo televisivo proporcionado por Hugo Chaves em 2005 na Venezuela ao criar a *TeleSur*.

Este processo de criação da TV do Sul, que influenciaria a criação da brasileira EBC e da rede pública argentina TDA, foi vivido com duros debates ideológicos e constrangimentos estimulados e articulados pelos grupos de países hegemônicos. Ao criar a Televisão do Sul os líderes locais deram um passo alternativo contra hegemônico da comunicação na região, onde se calcula (MARTEL, 2012) que à época, 95% das notícias internacionais e da própria América Latina eram geradas e/ou replicadas para a região pelas redes televisivas ocidentais, EUA e Europa.

Martel (2012) aponta que as grandes redes estadunidenses, a inglesa BBC, a alemã Deutsch Welle, a TVE espanhola, e as francesas TV 5 e France 24, são responsáveis pela massa significativa de informações geradas sobre a

região, e que os grupos locais, em sua maioria, reproduzem em plataformas variadas o que é consumido pelo cidadão local. Principalmente as informações e análises sobre os governos populares e progressistas daquele momento.

Nesta atual fase do capital sem amarras e das imposições econômicas dos países centrais sobre as economias periféricas, onde Santos (2004) afirma que a noção mais tradicional de Estado torna-se difusa diante das condições políticas e econômicas em face das revoluções tecnológicas que influenciam as economias e políticas em escala mundial, a TV pública, nacional ou transnacional, pode exercer um papel de suma importância ao promover as diversas culturas e grupos étnicos que formam a grande nação latino-americana, reforçando a noção de identidade e pertencimento local (RAMOS, 2012).

Como visto, diferentes fatores políticos, econômicos, socioculturais e tecnológicos alteraram consideravelmente o papel da América Latina no panorama mundial no alvorecer do Século XXI.

Pontuando o ano de 2005 como referência, observa-se que em vários países, as mídias públicas emergem como concorrência dos grandes grupos hegemônicos. A partir deste momento, com a criação da *TeleSur*, a discussão se estendeu para toda América Latina e perpassou grupos privados e diferentes governos. O debate principal se concentrou na resistência dos grandes conglomerados à revisão das condições sob as quais operam e que concede a eles lucros monstruosos.

A mudança de papel do Estado frente ao sistema de mídias, principalmente em relação às mídias gerenciadas pelo próprio governo, provocou significativas mudanças em diferentes países da região, caso da Argentina que em 2009 durante gestão de Cristina Kirchner promulgou a Lei 26.522, *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*, conhecida como *Ley de Medios*, e a partir desta lei com o impulso popular oferecido a estas transformações, adotou o modelo Nipo-brasileiro de TV Digital, o Ginga.

É importante chamar a atenção que a *Ley de Medios* e a implantação da TV Digital não foram processos unificados, harmonizados em sua constituição. Conforme explica o especialista Federico Balaguer¹¹ em entrevista para esta pesquisa, também envolvido, durante o governo Cristina Kirchner na definição do padrão para a TV Digital e Interativa local.

Esse encontro aconteceu na cidade de Buenos Aires no momento em que ocorria a campanha eleitoral para a presidência argentina, para a escolha do substituto da Presidente Cristina Kirchner, cujo processo se concretizou com a eleição do opositorista Mauricio Macri, corria o mês de Agosto de 2015, e sobre o tema perguntamos a ele: *¿Podemos decir que la regulación de los medios abre espacios para la TV digital o la TV digital abre espacios para descansar la regulación de los medios... una necesidad de avance tecnológico?*

¹¹ Doutor em Ciência da Computação, e membro do Laboratorio de Investigación y Formación en Informática Avanzada. LIFIA, na Universidade Nacional de La Plata, coordenador de desenvolvimento de aplicações interativas.

Federico Balaguer: Creo que acá en Argentina... es difícil de contestar. Primero que es difícil de contestar, es muy difícil. Porque la historia de la Ley de Medios en Argentina y de la Televisión Digital me parece que en el fondo no es una historia de cooperación o de proyectos que se apalancan, de sinergia entre ellos, sino en la génesis, en el comienzo era de competencia. Y eso es algo que no mucha gente sabe, pero si uno piensa quién fue el que generó la Ley de Medios en Argentina, y quién fue que impulsó la Televisión Digital, va a ver que vienen de lugares diferentes. Entonces es difícil contrastar una contra otra. Creo que en la secuencia de eventos que se produjo en Argentina, la Ley de Medios lo que primero produjo fue un cambio en las regulaciones del cómo se podían utilizar los medios de comunicación, pero al mismo tiempo produjo... Bueno, con la Ley de Medios hay dos cosas: primero, produjo un cambio; y todo cambio produjo una contra-reacción, sobre todo de los medios que se veían afectados. Y por otro lado... como reforzando la idea de que no eran proyectos complementarios. La Ley de Medios no habla de Televisión Digital en Argentina. Entonces, es difícil decir. La Televisión Digital se podría haber implementado en Argentina, entiendo yo, aún sin la Ley de Medios y la Ley de Medios se podría haber implementado sin Televisión Digital. Entonces es muy difícil, son dos cosas diferentes. En el fondo, al final se dieron cuenta de que gracias a la Ley de Medios era más fácil darles espacio de comunicación a otro tipo de entidades. La situación después es pensar, bueno, esas otras entidades (sindicatos, clubes de fútbol, todos los que tienen acceso a las señales) qué tienen para decir y si genuinamente tienen algo para decir diferente. Y cuál es el resultado, si bien son más contenidos... Hay algunos que uno puede pensar si genuinamente son nuevos contenidos. Por ejemplo, hay canales universitarios que después de la creación, y debido a que no tienen fondos para producir sus contenidos propios, sacan contenido de Canal Encuentro o de BACUA¹², que es el repositorio de contenidos. Entonces, no tienen contenidos nuevos. Son los mismos contenidos que se reutilizan, refritan. Entonces, creo que haya sido una oportunidad perdida de hacer algo pensado, integral, complementario en donde realmente se lograra aumentar el caudal de diferentes voces que llegan a la gente.(2015, Entrevista para o autor).

Sobre a questão apresentada associando a lei de meios à implantação da TV Digital, ou se esta influenciou a lei, a participação popular e ajudou a mover a máquina para os avanços percebidos para a época, as constatações, percepções do processo são distintas, a narrativa trazida acima do professor e pesquisador, que trabalhou no desenvolvimento do Ginga na Argentina dando apoio a adoção do modelo nipo-brasileiro, e atuando como um dos destacados colaboradores locais para o desenvolvimento da tecnologia, se contrapõem ao de Jéssica Tritten, então diretora do Pólo Audiovisual do Ministério da Educação, onde ocorreu nossa entrevista, com opinião aparentemente distinta da dele, mas convergente nas intenções:

Jéssica Tritten: Yo creo que se complementaron, porque fue todo... no llegó nada primero, fue todo en simultáneo. En el mismo año, en el año 2009, la Presidenta decide llevar al Parlamento, y la discusión entonces, de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual. También se decide tomar la norma nipona-brasileira y crear el Programa de la Televisión Digital. Y creo que eso, lo que hizo fue potenciar absolutamente ambas políticas. Creo que si no hubieran surgido al mismo momento, en el mismo lugar, quizás no hubiera tenido el impacto tan fuerte que han tenido. Yo creo que se han complementado y se han potenciado. (2015. Entrevista para o autor).

Com esta nova lei, construída com ampla participação popular, debates críticos, percepções elitistas de sua formulação, e de sua associação ao sistema digital instituído, viu-se o aparecimento de canais, gerenciados pelo Estado, como *Encuentro*, *Paka Paka* e outros canais universitários e comunitários, alocados dentro da plataforma da TDA. Percebe-se, ao olharmos de longe, que de algum modo houve a concepção política de associar as mudanças tecnológicas com as políticas e fomentar a inclusão social como resultante do processo.

¹²BACUA: Banco Audiovisual de Contenidos Universales Argentino.

Ainda que durante o período a presidente Cristina Kirchner tenha sido acusada de censura¹³ à comunicação e opositora da livre expressão por representantes dos grupos hegemônicos interessados na manutenção do status quo, fato é que a *Ley de Medios* parece ter completa inspiração no documento produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1983) sobre o direito à comunicação. Esse documento denominado Relatório MacBride, “Um Mundo e Muitas Vozes” traz a importância do diálogo entre os saberes da Comunicação e dos Direitos Humanos.

Entretanto a ideia do ‘direito à Comunicação’ não recebeu ainda sua forma definitiva, nem o seu conteúdo pleno. Longe de ser já – como parecem desejar alguns – um princípio bem estabelecido, cujas consequências lógicas poderiam ser deduzidas a partir de agora, ainda está na fase em que as pessoas refletem sobre todas as suas implicações e continuam a enriquecê-lo” (UNESCO, 1983, p. 288).

Ramos (2014, p. 10), discorre que a proposta da UNESCO está associada a uma percepção progressista da comunicação na região, e seria desdobramento de um projeto anterior, discutido no pós-II Guerra Mundial, politicamente liberal e economicamente capitalista, dedicado menos à relação comunicação e democracia, e mais à relação entre comunicação e desenvolvimento; a democracia seria, conforme essa visão, resultante automática do desenvolvimento de livres mercados. Sua

transformação crítica se deveu ao fato de a UNESCO, a partir dos anos 1960, passar a ser controlada por uma maioria de países do então chamado Terceiro Mundo, com fortes influências políticas de países africanos recém-descolonizados, de países latino-americanos, e outros, como a então Iugoslávia, pertencente ao bloco soviético, mas proponente da tese do não alinhamento automático a qualquer dos dois blocos político-econômicos resultantes da Guerra Fria.

Mario Lozano, então Reitor da *Universidad Nacional de Quilmes*, pontua que a *Ley de Medios* foi uma das maiores conquistas em três décadas democráticas na Argentina. Segundo ele, a lei foi construída com base num consenso amadurecido durante anos, enriquecida em foros participativos pelo país e votado por ampla maioria formada por um congresso democrático e popular, assim como é considerada um importante instrumento para romper o monopólio e descentralizar o cenário midiático, habilitar novas vozes e democratizar a palavra (LOZANO, 2013, p. 19).

Este ato de coragem da governante argentina, apoiada pelas transformações da região, foi de encontro à estrutura montada ao longo da história do país, e recrudescida durante o governo neoliberal de Carlos Menem alinhado e subjugado pelo governo estadunidense.

O cineasta Oliver Stone (2015, p. 292) no livro extraído de documentário de mesmo nome, “A história não contada dos Estados Unidos”, aponta para a questão da desregulamentação dos meios de comunicação nos EUA durante o

¹³Disponível em: <<http://cnnespanol.cnn.com/2012/12/07/la-batalla-de-la-ley-de-medios-en-argentina-antimonopolio-o-sobrelimitante/>>- Acesso em: 20 de Julho de 2016

governo Reagan, de forte matriz neoliberal, ao revogar a “*Fairness Doctrine*” [princípio da imparcialidade] que exigira que as emissoras de rádio e TV, desde a década de 1940, oferecessem cobertura adequada e imparcial para pontos de vista antagônicos sobre questões de importância pública. Na onda de transformações da década, após este ato, o governo hegemônico e suas agências de pressão externa, iniciaram o trabalho para desregulamentação e maior liberalização dos meios de comunicação no hemisfério, comprando e/ou se associando com grupos de comunicação locais, tentando influenciar na política nacional. Caso da Argentina, onde o jornalista Jorge Lanata expôs um dos vários processos de aquisição:

En pleno escándalo periodístico sobre el narcolavado George Bush padre llegó a Buenos Aires para reunirse con su amigo Carlos Menem, y se hospedó en la Quinta Presidencial de Olivos. Em paralelo, un “oportuno” grupo de inversores texanos encabezados por Tom Hicks compró gran parte de las acciones del CEI de Moneta, apoderando entonces de la mayor parte de los medios de comunicación de la Argentina. Hicks fue, a la vez, el principal financista de la campaña de George W. (LANATA, 2003, p. 586).

A ideia construída de cidadão consumidor promovido pelos governos anteriores foi a grande luta teórica, política e social do período Kirchner na Argentina para construção de alternativas ao neoliberalismo. Algo de acordo com a ascensão dos governos progressistas do continente, ainda que nem todos tenham revogado ações e políticas neoliberais, caso do Brasil. Porém, a reconstrução da democracia popular, direito à comunicação e regulação dos meios deu a tônica ao período argentino, ainda que com enormes conflitos que

quase travaram o avanço e outros a serem superados.

Narrativas de construção do processo, antes e depois, e revisões necessárias ao período, podem ser acompanhadas em Becerra (2015; 2017), Lazzaro (2010 e 2015) e em Aharonian (2015). O jornalista Luis Lazzaro, a quem entrevistei numa loja da cafeteria estadunidense Starbucks, numa manhã de inverno na Avenida Rivadavia em Buenos Aires, apoiador crítico do processo argentino e demandante de mais ações estatais para a absorção social da nova tecnologia, enxerga a dificuldade de ação rápida do governo como desenvolvido comercialmente, uma das travas para a consolidação da TV Digital por lá:

Luis Lazzaro: Yo creo que el modelo de negocios de la Televisión Abierta está en una crisis, está en un problema. Hay una migración, un desplazamiento de la publicidad tradicional del viejo modelo del broadcast, de la radiodifusión que vendía tanta publicitaria. Bueno, si bien la inversión, la torta publicitaria general se mantiene, su distribución ha cambiado. Entonces, se ha ido desplazando, de la radio y la televisión de aire, hacia televisión por cable, y también a plataformas digitales. Y esto genera un problema de sostenibilidad, de financiamiento para la televisión abierta. A mí me parece que ahí hay dos problemas entonces: primero, el modelo de negocios de la televisión abierta, que incluye la Televisión Digital; y segundo, el modelo dominante de acceso a la televisión, que en el caso de la Argentina (creo que no es lo mismo Brasil) está dominado en un 80% por sistemas pagos. El sistema pago tiene una ventaja, y es que además de la venta de publicidad tiene el cobro de abonos y además tiene la potencialidad de dar triple play, o sea, de generar un volumen de negocios mucho mayor sobre la misma plataforma. La televisión abierta, si bien tiene alguna posibilidad de... Te acordás cuando vimos lo de Melio Televisión, bueno, de generar algún acceso a demanda de contenidos todavía es muy incipiente, no se ha desarrollado, y tiene el problema de que requiere el retorno por internet para tener interactividad. Es decir, si nosotros aceptamos esto, la posibilidad de

desarrollo de la Televisión Digital Abierta tiene, por un lado, un mercado completo de sectores de muy bajos recursos que no pueden pagar televisión de cable o satélite, y eso es una limitación de mercado para el anunciante. Y por otro lado, depende del retorno por internet para proponer otro modelo de negocios. Lo que no está desarrollado en la Argentina y creo que está más trabajado en Brasil, son las aplicaciones sociales que puede tener la Televisión Digital. Argentina no ha desarrollado prácticamente nada en este sentido, y yo creo que ese es otro problema que hace a que no se instale la TV Digital culturalmente como un recurso de comunicación que no es solamente el entretenimiento o la información, sino también servicios. Argentina no tiene servicios incorporados en la plataforma de Televisión Digital. Y ahí yo creo que hay un problema que se puede resolver, digamos, eso es algo que tiene posibilidad de desarrollo para adelante, pero como te dije requiere políticas que lo impulsen. (2015. Entrevista para o autor).

Mais incisivo e partindo do mesmo lugar retórico que Jesica Tritten e Luis Lazzaro, o uruguaio jornalista Aharonian (2015) afirma que a nova arma mortal e moderna para o controle populacional se chama meios de comunicação, que em mãos de umas tantas corporações praticam o terror midiático cartelizado, internacionalizado e se convertendo no disparador de planos de desestabilização dos governos populares e de restauração da velha ordem neoliberal. O que o jornalista argentino Luis Lazzaro chama de “batalha da comunicação”, Aharonian chama de batalha cultural, diz que estamos numa guerra pela imposição de imaginários coletivos que se dá através dos meios cibernéticos, audiovisuais e gráficos.

O que Aharonian denomina como “terror midiático”, o brasileiro Altamiro Borges (2009, p.13) classifica como sendo a “ditadura da

mídia”, enfatiza que a mídia hegemônica está envolta no verdadeiro paradoxo. Por nunca ter sido tão poderosa no mundo e no Brasil, como no tempo presente, isso, decorrente dos avanços tecnológicos nos ramos das comunicações e das telecomunicações, coadunando com Santos (2004), fruto do intenso processo de concentração e monopolização do setor nos últimos decênios e da criminosa desregulamentação do mercado, fruto do período neoliberal dos anos 1990, que a deixou livre de qualquer controle público.

Dentro deste imaginário construído, de uma Geopolítica da palavra (Lazzaro, 2015), adentra-se ao Brasil, onde desde os anos 1950 existe uma verdadeira batalha entre governos, movimentos sociais e a mídia conservadora.

No Brasil, a história da radiodifusão, desde seus primórdios, foi marcada pela prevalência dos interesses do mercado em detrimento do interesse público. Característica essa percebida nos processos de consolidação do rádio e, mais tarde, de formação da televisão. As TVs públicas no Brasil configuram um campo complexo. Apesar de terem em comum uma “aura pública”, são canais com características bem distintas, processos próprios de construção e consolidação. Apresentam origens, práticas e objetivos distintos. Porém, legalmente, o controle sobre a radiodifusão brasileira é público, e cabe ao Poder Executivo conceder e renovar concessões para esse serviço, como regulamenta o art. 223 da Constituição Federal (CF) de 1988: “compete ao Poder Executivo conceder e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988, n. p.)

Na prática, a televisão brasileira nasceu privada e com intenções comerciais, baseada no modelo estadunidense, instrumentalizada para reproduzir o *modus vivendi* da elite dominante. Essa forma de se estruturar a televisão brasileira voltada para a ode ao consumo e ao comércio eletrônico foi determinante para o cerceamento da iniciativa pública no setor e promotor de arcabouços para o emparedamento de suas possibilidades de desenvolvimento.

Caso exemplar de cerceamento das televisões públicas é o decreto lei que proibia a publicidade nas emissoras públicas educativas, e como já visto aqui anteriormente, foi produto de acordo feito entre o governo e o grupo Diários Associados, por ocasião da compra da TV Cultura de São Paulo pelo Estado. Diz o Decreto-Lei 239 de 28 de fevereiro de 1967:

Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem Código Brasileiro de Telecomunicações (BRASIL, 1967).

Havia uma ideia de massificação da educação através da televisão que permitiria ao

governo chegar à população sem acesso ao seu circuito escolar oficial. Porém, esse processo pedagógico era pensado etnocentricamente, desvinculado das práticas cotidianas do público ao qual se destinava sem levar em consideração as emoções e sensibilidades experimentadas por ele e imprescindíveis ao processo de aprendizagem.

Da pressão por políticas públicas e meios mais democráticos nasce a EBC, a Empresa Brasil de Comunicação nasceu a partir da ação de grupos de pressão da sociedade civil, que foi ao encontro do interesse do Governo Federal de criar uma empresa pública de comunicação que seria responsável por reunir as emissoras exploradas pelo executivo federal em um novo perfil efetivamente público. (VALENTE, 2009). Em 2008, a medida provisória que a instituiu a EBC foi aprovada e transformada na Lei nº 11.652/2008. O debate sobre a criação da EBC, seus desafios e motivações na perspectiva internacional podem ser extratificados nas narrativas trazidas pelos entrevistados que apresentam bem o momento de construção do projeto, suas relações no Sul global e a percepção do movimento social sobre a iniciativa. Jornalista, pesquisador e membro da rede de pesquisa e produção em comunicação Barão de Itararé, Federico Vasquez aduz:

Ela nasce, talvez, mais como uma negação de participar da TeleSur, a TV Brasil é a expressão disso, ou seja, é querer ainda ser...

A gente ainda tem uma visão que o Brasil por ser continental faz qualquer coisinha sem precisar dar a conta, e não... nós temos a obrigação da excelência. Nosso campo tem um problema de generalidade, tem um complexo de querer ser grande, mas não

temos a coragem e ousadia de ser, porque exige sacrifícios mil. E aí você entra com a EBC que atendeu em parte os movimentos e atendeu uma aglomeração da sociedade civil que vem formada pela fundação Ford, e que vem preparada. A EBC vem para atender e ela já vem apequenada, ela vem para rearranjar as estruturas estatais, nem é pública... a TV cultura tecnicamente é melhor do que a TV Brasil. A EBC nasce tímida, não nasce com um viés TV pública, nacional e que tem que ter antena em todos os 5 mil municípios... não temos. Em Brasília, o melhor sinal é da TV privada, nosso sinal é fraco. O debate da EBC é feito internamente e não com a sociedade, a sociedade não entende o que é uma TV pública (VELASQUEZ, 2017. Entrevista para o autor.).

Sobre as críticas e dificuldades de se impor uma linguagem mais ampla na TV Brasil e fazê-la com uma programação plural, destoante dos ditames das emissoras comerciais, diversificada em sua abordagem do cotidiano e da vida pública brasileira, encontra-se apontamentos em Santos (2014), porém, coadunando com esse olhar Araújo (2011) traz uma significativa contribuição ao buscar no principal noticioso da emissora, o Repórter Brasil, um reflexo de sua reprodução dos signos e endereçamento estruturado no campo não público:

Embora a proposta declarada do Repórter Brasil seja fazer um jornalismo “nacional de fato, como não encontramos nos telejornais hoje”, o enfoque predominante do noticiário é o do eixo Rio-São Paulo-Brasília, não só porque a apresentação do telejornal é feita destas três cidades, mas, sobretudo, porque as matérias de âmbito “nacional” são geralmente elaboradas a partir de um exemplo generalizado original destes centros simbólicos. Isso poderia se explicar, em parte, pelo fato de que a estrutura técnica da emissora está montada nestas três cidades, mas, considerando que a TV Brasil tem um centro de produção também em São Luís do Maranhão e a incidência do Estado no noticiário é mínima, acreditamos que a escolha por privilegiar este eixo tem a ver com o fato de que estas três cidades são consideradas centros de decisão política,

econômica e cultural do país. As matérias de âmbito nacional, por exemplo, são todas produzidas por essas três praças, fundadas em um discurso sobre o cidadão que é afetado pelas decisões do Congresso e pelas oscilações da economia, esteja no Acre ou em São Paulo (ARAÚJO, 2011, p. 200).

Os debates públicos sobre a democratização da comunicação, começando por criar uma rede pública e legitimada, deu origem a audiências públicas no Congresso Nacional articulando propostas de sindicatos, organizações culturais e esportivas. Era recente a ideia de construção de um projeto de comunicação pública nacional como alternativa real aos meios comerciais no Brasil.

A construção da nova TV pública brasileira passa pela superação de dilemas como a necessidade de modernização da programação, diversidade de seu quadro de funcionários e contemplação das demandas sociais, além da melhoria da sua estética. Some-se a isso, a predominância histórica do sistema comercial no Brasil desde os anos 1930, e a hegemonia das grandes redes, o imutável sistema de concessão de outorgas e as pressões políticas do setor junto ao executivo. Essas fizeram gigantescas pressões para que o governo não avançasse sobre as leis beneficentes de seus mandos e conquistas coronelistas do meio do Século passado. Exemplar é a afirmação sobre essa relação de submissão trazida para a pesquisa pelo ex-ministro Gilberto Carvalho¹⁴, crítico daquele momento:

¹⁴ No momento desta entrevista, feita em sua residência em Brasília no mês de abril de 2017, Gilberto Carvalho estava funcionário público federal, em cargo de confiança,

Como o senhor (a) enxerga o nosso sistema de concessões de outorgas para funcionamento de rádios e TVs?

Eu penso que vamos ter que fazer no país, para viver uma democracia verdadeira, uma mudança, mais que uma reforma, uma revolução na questão de toda a mídia e de todos os meios de comunicação. A legislação brasileira contém imprecisões e mais que isso, contém deformações que privilegiam o uso econômico. Os meios não estabelecem nenhuma limitação aos oligopólios, nem ao próprio monopólio... muito restrita do ponto de vista de acesso democrático ao poder dos meios de comunicação. Mas, sobretudo, acho que a deformação mais grave é que a concessão dos meios de comunicação, fica ao livre arbítrio, sem maiores exigências num jogo entre poder legislativo e poder executivo. **Durante o período de governo Lula/Dilma houve alguma tentativa de mudança ou atualização desse processo? Parte do movimento social fez um grande debate, porque você entende que isso não foi apropriado pelo executivo? Quais as forças que estavam ali bloqueando esse processo?**

Nós tivemos ao longo dos nossos governos inúmeros movimentos, inúmeras tentativas da sociedade civil em se organizar. Se organizaram e pressionaram o governo. A construção da conferência da comunicação que foi um marco muito importante, com muita polêmica, talvez tenha sido o marco mais avançado, a construção da EBC. Porém, o governo Lula foi um dos governos que mais fechou rádios comunitárias em seu primeiro mandato, foi uma aliança muito ruim entre o Ministério da Justiça, a Anatel e a associação brasileira de rádio difusão. Depois, durante o segundo governo Lula, aí tem o mérito do ex-ministro Franklin Martins que desenvolveu um trabalho de construção de uma reforma das regras, das leis da mídia, quando nós tínhamos em tese uma correlação de forças bastante favorável para poder realizar essa medida. Infelizmente o governo Lula demorou para fazer o envio do projeto para a câmara e naturalmente quando a Dilma assumiu ela teve uma atitude contrária a esse projeto, mandou congelar. É evidente que isso corresponde a uma imensa pressão que os meios de comunicação (os grandes) fizeram sobre o governo. É difícil dizer isso, mas tanto o governo Lula quanto o Dilma, confiaram mais na capacidade de relação com os donos dos meios de comunicação do que propriamente na necessidade de mudança

dessa regra. (CARVALHO, 2017. Entrevista para o autor).

Os depoimentos para essa pesquisa, tal qual o trecho ilustrativo de Gilberto Carvalho, desconstroem a visão apresentada por aqueles que alegam não terem conhecimento de proposta de alternativa comunicacional. Verdade seja dita, os cidadãos nunca foram de fato expostos a uma forte alternativa com recursos e disposição política, como no caso argentino, de concorrer com os grandes agentes da televisão comercial, esse embate aqui não aconteceu. Se o presidente Lula, em seu segundo mandato, deu o passo para a unificação da rede pública e ensaiou o apoio a uma alternativa às redes comerciais, não se desvencilhou da histórica subordinação do executivo brasileiro às dinastias familiares; às estratégias de comercialização do espaço público repetindo o modelo comercial; à subordinação de informações de interesse coletivo a ambições lucrativas. Essas práticas tiveram continuidade no governo Dilma Rousseff em seu primeiro mandato e foram acirradas ao tirar poder da empresa pública, cortar investimento e aumentar as dotações orçamentárias para os meios hegemônicos tradicionais, conforme pesquisa do jornal Folha de São Paulo¹⁵.

Greves, manifestações por independência e melhoria da qualidade do serviço oferecido pela Empresa Brasil de Comunicação foram o resultado do ato pioneiro do governo Lula, mas resignado com a reação da elite nacional, à

trabalhando na liderança da minoria no Senado Federal, porém, havia sido ministro dos governos Lula e Dilma.

¹⁵ Disponível em:< <http://www.sul21.com.br/jornal/globolidera-ranking-dos-investimentos-de-publicidade-do-governo-federal/> > Acesso em 22 de Julho de 2016.

política de austeridade, diálogo subserviente com o empresariado, e retrocesso democrático de Dilma Rousseff em seu primeiro mandato, resultaram em grande descrédito do cidadão sintonizado nos avanços da TV pública brasileira, e sintomaticamente viu-se a perda de apoio do governo junto aos funcionários da empresa pública¹⁶. Neste barco do desmonte, já no primeiro mandato de Dilma Rousseff, os críticos da TV pública se fortaleceram para demandar por mudanças estruturais da mesma, pois imaginam a empresa pública alinhada aos interesses neoliberais ditados pela globalização econômica que marcou a primeira década do século XXI, e atendendo aos interesses particulares destes grupos hegemônicos, vide as transformações impostas à EBC/TV Brasil com a chegada dos diretores alinhados ao governo de Michel Temer.

Percepções não Conclusivas

Buscou-se construir esta pesquisa com base nos princípios metodológicos dos Estudos Latino-americanos, calcados na revisão sócio-histórica, na pesquisa comparativa, com olhar multi-interdisciplinar, e voltado para a resolução e transformação da realidade (NOVION; OLIVER; AYALA: 2014). Objetivou-se aqui servir-se destas propostas pedagógicas para entender o objeto, ampliar as possibilidades de compreensão em torno dele, apontando problemas e amplificando suas complexidades.

Constatação importante para cá trazida, é que historicamente negros e indígenas são encobertos e silenciados pelo mito da modernidade. Avaliar a possibilidade emancipatória dos objetos investigados e o papel de seus gestores é descobrir a perspectiva ideológica relacionada a esses subalternizados e encobertos, alimentar o olhar crítico para suas ações emancipatórias e posturas políticas frente ao Estado e seus governantes.

Descortinar os caminhos e políticas que produziram a Televisão pública que ora acessamos, apontar contribuições que fortaleçam o pacto social a qual a plataforma está inserida foi um dos propósitos do tecido da pesquisa. Ainda que produzida em situação de profundas transformações políticas na região investigada e sob o véu do golpe parlamentar, jurídico-midiático vivido no Brasil, esta é resultado de um longo processo de lida profissional e acadêmica com o objeto estudado.

Difícil pensar a comunicação dissociada da produção de sentidos, da capacidade do emissor de expandir a informação, produzir algo plural e diversificado que não fique acessível a apenas um tipo de público. A comunicação audiovisual, principalmente, é altamente produtora de signos e determina significado ou significação para a audiência.

Desta forma que se buscou na TV pública o objeto da investigação. Associado aos movimentos sociais de periferia e de negros, da Maioria Minorizada, aferiu-se o possível papel anticolonial e emancipador dessa televisão e de como ela era gerida, desenvolvida. O receio do

¹⁶Disponível em: <
<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=27599>> Acesso em: 30 de Junho de 2017.

enfrentamento a esses feudos nacionais dão um caráter vazio ou de letra morta à carta magna brasileira, onde desde 1988 proíbe a formação dos monopólios e exige a produção de conteúdos diversificados regional e culturalmente e obriga que as emissoras tenham finalidades educativas, culturais e artísticas, determinando ainda que elas expressem a diversidade de pensamento da sociedade. Algo que definitivamente não é parte da realidade dos veículos televisivos brasileiros e, que, por outro lado, é fator de empobrecimento da televisão pública nacional, quando os governantes da vez se esforçam para depositar na emissora de perfil comercial um caráter público-privado.

Pode-se afirmar que essa atuação no apagamento da comunicação pública, reforço financeiro às empresas comerciais do setor, silenciamento das críticas de aliados e negação de propostas emancipatórias e progressistas para o setor, foi um decisivo passo para a consolidação do golpe sofrido no ano de 2016.

No caso argentino, essa revisão das concessões e a regulação do setor foi o estopim para a chamada “batalha das batalhas” e motivo do maior bombardeio público sofrido por Cristina Kirchner durante o exercício de seus dois mandatos. Fato é que com a ascensão ao poder na América Latina de governantes com propostas distintas ao neoliberalismo ortodoxo, caso de Nestor Kirchner na Argentina (2003), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2005), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo, no Paraguai (2008), Mauricio Funes, em El Salvador (2009), para além dos investigados e já citados na pesquisa,

buscou-se uma política de fortalecimento da estrutura do Estado, onde essas administrações tiveram a iniciativa de promover um grande debate sobre a atualização da legislação nas áreas da comunicação.

A matriz principal dos debates sobre os meios de comunicação é a compreensão de que a democratização de várias esferas sociais nos âmbitos político, econômico e cultural só se completará por meio da democratização das comunicações. Assim que, com os dados colhidos tem-se a impressão de que Argentina tenta se recuperar com muita dificuldade das duas últimas ditaduras e da grande crise social e de representação provocada principalmente pelo neoliberalismo radical de Carlos Menem. Desta forma, percebe-se que há uma necessidade de justificar a representação no executivo, governa-se para alguns, quiçá para a Maioria Minorizada no caso de Cristina Kirchner, e culpam-se os demais pela situação vivenciada. O radicalismo, que dá nome a um partido histórico local, é visível e palpável no país vizinho. A busca pela hegemonia através da força e dos aparelhos que fazem a força do Estado parece ter sido a saída encontrada por Cristina para se opor a força econômica e da construção de imaginários dos barões da mídia locais porta vozes do capital internacional regulador dos projetos estatais.

De modo geral viram-se significativas transformações na política comunicacional proposta pelo governo de Cristina Kirchner, o aumento da pluralidade de atores participando do sistema de mídias, a regulamentação da atividade das empresas de comunicação, a proibição de

propriedades cruzadas e um significativo investimento estatal na empresa de televisão pública local, fazendo com que essa chegasse aos mais longevos e desabitados espaços nacionais, algo ímpar na história local.

O incentivo a grupos de origens e culturas diversas na construção da programação e na atuação ativa dentro da emissora pública tinha como fim o direito humano a comunicação, afirmação da diversidade nacional e integração dos diversos povos que construíram aquela nação.

Bibliografia

AHORONIAN, Aram. *La internacional del terror mediático*. – 1º ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2015.

AMORIM, Alexandre. **O quarto poder: uma outra história**. 1º ed.- São Paulo: - Hedra, 2015.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**; Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Valéria Maria. **Telejornalismo na TV pública brasileira**. Uma análise do Repórter Brasil. In: GOMES, Itania Maria Mota. (Org.). *Gêneros Televisivos e Modos de Endereçamento no Telejornalismo*. 1 ed. Salvador: Edufba, 2011, v. , p. 197-222.

ARGENTINA. *Leyes. La ley de la comunicación democrática 26.522*.- 1º ed.- Bernal: Universidad Nacional de Quilmes; Defensoria del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual, 2013.

BALLESTRIN, Luciana. **Para transcender a colonialidade**. IHU on line. Edição 431. 04 Novembro de 2013. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5258&secao=431> Acesso em 28 de Março de 2017.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A segunda guerra fria**. Geopolítica e dimensão estratégica

dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BARBERO, Jesus-Martín. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6º Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009 [1987].

BARROS, José d'assunção. **História comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BECERRA, Martín. *Medios en guerra: balance, crítica y desguace de las políticas de comunicación, 2003-2016*. Editado por Guillermo Mastrini; Martín Becerra. – 1º edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2017.

De la concentración a la convergência: política de medios em Argentina y América Latina. 1º ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2015.

BENETTI, Marcia. **Interdiscurso**. IN: Dicionário da comunicação. Org. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2009.

BERGER, Christina. **A pesquisa em comunicação na América Latina**. IN: Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Org. Antonio Hohlfeldt, Luiz C. Martino, Vera Veiga França. 12ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina**. São Paulo: - Editora Ática, 1996.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes Subalternos e decolonialidade**. Os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. São Paulo: Anita Garibaldi/ Associação Vermelho, 2009.

BORGES, Rosane da Silva. **Mídia, racismos e representações do outro**. IN:

Mídia e racismo / Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges (orgs.). -

Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012.

Ficção e realidade: as tramas discursivas dos programas de TV. (Tese). PPG. ECA.USP, São Paulo, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 236, de 28 fevereiro de 1967.** Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm Acesso em 11 de Abril de 2017.

BUCCI, Eugenio. **O Estado de Narciso:** A comunicação pública a serviço da vaidade particular. 1º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CECEÑA, Ana Esther. **La Dominación de Espectro completo.** In: Novion, Jacques; Oliver Costilla, Lucio; AYALA, Mario. Dossiê Especial: Pensamento e Teoria nos Estudos Latino-americanos. Brasil: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas (CEPPAC-UnB). Vol.8, N. 2, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/issue/view/1015/showToc>> Acesso em 24 de Março de 2017.

Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

CHAVES, Kelson Gérison Oliveira. **Os trabalhos de amor e outras mandingas:** a experiência mágico-religiosa em terreiros de Umbanda. Fortaleza: Premius, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil:** ensaios sobre idéias e

Formas. 4.ed. -- São Paulo : Expressão Popular, 2011.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernidade e interculturalidade:** interpretação a partir da filosofia da libertação. Revista Sociedade e

Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

FERRER, Aldo. **La economía argentina en el siglo XXI: Globalización, desarrollo y densidade nacional.** – 1º Ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Capital intelectual, 2015.

FELIZ, Mariano [et al.]. **Desarmando el modelo: desarrollo, conflict y cambio tras una década de neodesarrollismo.** 1º edición. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20º edição. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere.** Antologia. Tradução e correção: Carlos Diegues. Revisão linguística: Carlos G. Figueiras. Galícia: Estaleiro Editora, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 9ª edição, Rio de Janeiro: DP& A, 2004.

A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. IN: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (organização). Tradução de Adelaine La Guardia Resende... [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve Século XX: 1914-1991; tradução: marcos Santarrita; Revisão técnica: Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LANATA, Jorge. **Argentinos. Tomo 2:- Siglo XX: desde Yrigoyen hasta la caída de De la Rúa.** Buenos Aires:- Ediciones B, 2003.

LAZZARO, Luís. **Geopolítica de la palabra: reflexiones sobre comunicación, identidad y autonomia.** 1º Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2015.

La batalla de la comunicación: De los tanques mediáticos a la ciudadanía de la información. – 1º Ed. – Buenos Aires: Colihue, 2010

LOCASTRE, Aline Vanessa. (tese). **Seduções impressas:** a veiculação do paradigma estadunidense no Brasil em tempo de segunda guerra mundial. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

LOZANO, Mario. **Un Compromiso Sostenido.** IN: ARGENTINA. *Leyes. La ley de la comunicación democrática* 26.522.- 1º ed.- Bernal: Universidad Nacional de Quilmes; Defensoria del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual, 2013.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador;** tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MARTEL, Frédéric. **Mainstream:** a guerra global das mídias e das culturas. Trad. Clóvis Marques.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação.** Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MEIRELES, Renato. ATHAÍDE, Celso. **Um país chamado favela:** a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. – São Paulo: Editora Gente, 2014.

MIGNOLO, Walter. **Retos decoloniales, hoy.** Los desafíos decoloniales de nuestros días : pensar en colectivo / Walter Mignolo ... [et.al.] ; compilado por María Eugenia Borsani y Pablo Quintero. - 1a ed. - Neuquén : EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MORAES, Denis. **Crítica da mídia e hegemonia cultural.** 1º edição. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital.** Trad. Sérgio Tellaroli.- São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NOVION, Jacques; COSTLHA, Lucio Oliver; AYALA, Mario. Pensamento, Teoria e Estudos Latino-americanos. In Dossiê Especial: Pensamento e Teoria nos Estudos Latino-americanos. V8.Nº2. Revista de Estudos e

Pesquisas sobre as Américas (REPAM). Brasília. 2014.

NOVION, Martin Léon Jacques Ibañez de. **Las Últimas Fronteras del Sistema Capitalista: Hegemonía, Integración Económica y Seguridad en las Américas. La Amazonía y el futuro en cuestión.** (Tesis). Universidad Nacional Autónoma de México. Facultad de Filosofía y Letras.Posgrado en Estudios Latinoamericanos. México, DF, 2009.

ORTIZ, Renato. **Mundialização:** saberes e crenças. São Paulo: Brasiliense, 2006

RAMOS, Jorge Abelardo. **Historia de la nación Latinoamericana.** 1º ed. – Buenos Aires: Continente, 2012.

SADER, Emir. SADER, Emir. **Gramsci:** poder, política e partido. Organização: Emir Sader; Tradução Eliana Aguiar. – 2º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Hegemonia e Contra-hegemonia. In: Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI. Org. Ana Esther Ceceña. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** O oriente como invenção do ocidente. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Hamilton Richard A. F. **A revolução não será televisionada (!?).** O caso comparado da TV pública no Brasil e na Argentina. Tese. Departamento de Estudos Latino Americanos. Universidade de Brasília, UNB, 2017.

_____. **Imagem e discurso: uma análise do programa Nova África da TV Brasil.** Dissertação. Universidade Católica de Brasília, UCB, 2014.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos. **A cooperação Sul – Sul (CSS) para a reorientação dos imaginários e práticas do desenvolvimento:** os caminhos da cooperação entre Guiné Bissau e Brasil. (tese). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade

e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UNB, 2017.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único A Consciência Universal**. Editora: Record, São Paulo, 17ª Edição, 2004.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio técnico- científico informacional**. 4ª edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1998.

SANTOS, Theotônio Dos. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico**. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>. Acesso em: 30 Nov 2016.

STONE, Oliver. KUZNICK, Peter. **A história não contada dos Estados Unidos**. Trad. Carlos Zslak. – São Paulo: Faro editorial, 2015.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. colaboradores

André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da segunda guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Trad. Wagner de Oliveira. 13 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UNESCO. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

VALENTE, Jonas. **TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira**. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Base e superestrutura na teoria marxista**. Tradução maria Ribeiro

Manfrini. Revisão Maria Elisa Cevasco. REVISTA USP, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Trad. Karina Jannini.- 6ª ed. – São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2012.